



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS
ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE**





UFRPE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO

PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE
GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UFRPE

RECIFE-PE

2022

Prof. Marcelo Brito Carneiro Leão - Reitor

Prof. Gabriel Rivas de Melo – Vice-Reitor

Prof. Severino Mendes de Azevedo Júnior – Pró-Reitor da Progesti

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Leidiane Torres Sales, Patrícia Guimarães Interaminense, Fábica Castro de Albuquerque Maranhão, Gleydson Alves de Brito, Marliete Maria Soares da Silva e Severino Mendes de Azevedo Júnior

REVISÃO DE TEXTO

Rejane Magalhães de Mendonça Pimentel

EDITORAÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Universitária da UFRPE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

RELATÓRIO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO – UFRPE

– 1º. Ed. – Recife: EDUFRPE, 2020. 52p.
Inclui referências.

1. Pesquisa 2. Universidades 3. Estudantes e
perfil socioeconômico

APRESENTAÇÃO

O presente documento aborda os resultados da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) que foram coletados durante a realização da V Pesquisa Nacional do Perfil do Graduando, em 2018, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), com o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES). A pesquisa objetivou delinear o perfil socioeconômico e cultural dos discentes das Instituições Federais de Ensino Superior e, no caso específico, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Os resultados apresentados são fundamentais para a visualização da realidade do atual perfil do discente, sendo importante para avaliar e formular políticas para o ensino público superior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos graduandos respondentes da pesquisa por campus	12
Figura 2. Distribuição dos graduandos segundo o grau do curso	13
Figura 3. Distribuição dos graduandos segundo a área do curso, classificação do CNPq	14
Figura 4. Distribuição dos graduandos da UFRPE segundo o sexo	15
Figura 5. Distribuição dos graduandos da UFRPE segundo a faixa etária	17
Figura 6. Distribuição dos graduandos da UFRPE segundo situação conjugal	19
Figura. 7 Distribuição dos graduandos da UFRPE, segundo gênero ...	20
Figura 8. Distribuição dos graduandos da UFRPE segundo a orientação sexual	21
Figura 9. Distribuição dos graduandos da UFRPE segundo a cor	22
Figura 10. Distribuição dos graduandos da UFRPE, segundo a forma de ingresso	24
Figura 11. Distribuição de graduandos da UFRPE, segundo o ingresso por cota	25
Figura 12. Distribuição de graduandos da UFRPE, segundo se possui alguma deficiência	27
Figura 13. Distribuição de graduandos da UFRPE, segundo o tipo de deficiência	28
Figura 14. Distribuição de graduandos da UFRPE, segundo residência na cidade do curso	29
Figura 15. Distribuição de graduandos da UFRPE, segundo com quem mora/tipo de moradia atual	29
Figura 16. Distribuição dos graduandos, segundo como se desloca até a universidade	31
Figura 17. Distribuição dos graduandos, segundo o principal mantenedor do grupo familiar	32

Figura 18. Distribuição dos graduandos segundo a escolaridade do principal mantenedor do grupo familiar	33
Figura 19. Distribuição dos graduandos segundo o trabalho	34
Figura 20. Distribuição dos graduandos segundo a faixa de renda mensal <i>per capita</i>	35
Figura 21. Distribuição dos graduandos segundo a participação em programas da Assistência Estudantil	36
Figura 22. Distribuição dos graduandos segundo a participação em programas de Assistência Estudantil – Modalidades de Assistência ...	37
Figura 23. Distribuição dos graduandos segundo filhos de 0 a 5 anos de idade	38
Figura 24. Distribuição dos graduandos segundo o local e com quem ficam os filhos de 0 a 5 anos de idade	39
Figura 25. Distribuição dos graduandos segundo a participação em atividades ou programas acadêmicos	41
Figura 26. Distribuição dos estudantes de graduação da UFRPE segundo dificuldades que interferem significativamente na sua vida ou contexto acadêmico	42
Figura 27 Distribuição dos graduandos segundo acesso à internet na casa de sua família	43
Figura 28. Distribuição dos estudantes da graduação da UFRPE segundo número de computadores na casa de sua família	44
Figura 29. Distribuição dos graduandos segundo as dificuldades emocionais que tem interferido na vida acadêmica	45
Figura 30. Distribuição dos graduandos segundo a procura de atendimento psicológico	46

LISTA DE SIGLAS

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DQV - Departamento de Qualidade de Vida

Enade - Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GEA - Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

NACES - Núcleo de Acessibilidade

ONU - Organização das Nações Unidas

PAG - Programa de Apoio à Gestante

PCD - Pessoa Com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PIBIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PROGEPE - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGESTI - Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão

UACSA - Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho

UAG - Unidade Acadêmica de Garanhuns

UAST - Unidade Acadêmica de Serra Talhada

UFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
LISTA DE FIGURAS	06
LISTA DE SIGLAS	08
INTRODUÇÃO	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

O presente documento resulta da análise dos dados da V Pesquisa Nacional do Perfil do Graduando 2018¹ (FONAPRACE, 2018, p.02), objetivando traçar o perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Destarte, no referido documento parte-se unicamente da especificidade dos dados concernente à realidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Portanto, trata-se de uma síntese de análise de indicadores que delineiam o perfil do estudante de graduação da UFRPE.

Como parte e produto da sociedade, enquanto totalidade, a academia inserida nessa realidade dialética multifacetada é composta por heterogeneidades e diversidades de grupos sociais, em suas nuances econômica, social, política e cultural.

Nesse sentido, faz-se imperante conhecer quem é o estudante da UFRPE, suas características, bem como suas vulnerabilidades, para que, conhecendo a realidade institucional, sejam traçadas políticas afirmativas que atentem às necessidades reais dos discentes. Desse modo, tem-se o intuito de socializar, para a comunidade acadêmica, as particularidades do perfil social, econômico e cultural do estudante de graduação da UFRPE.

No tocante à metodologia da pesquisa, tem-se como instrumental o aporte nos dados brutos da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira (2018), que, por sua vez, coletou dados a partir de um sistema de cadastramento de estudantes, desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A referida pesquisa contou com a adesão de 15.088 discentes da UFRPE.

Ademais, o referido trabalho tem seu marco embrionário a partir das primeiras reuniões realizadas no mês de junho de 2019, com a equipe da Pró-

¹ “A pesquisa de perfil socioeconômico dos (as) estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior é um levantamento realizado, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) - vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - com o objetivo de descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das Instituições Federais de Ensino Superior.” (FONAPRACE, 2018, p.02).

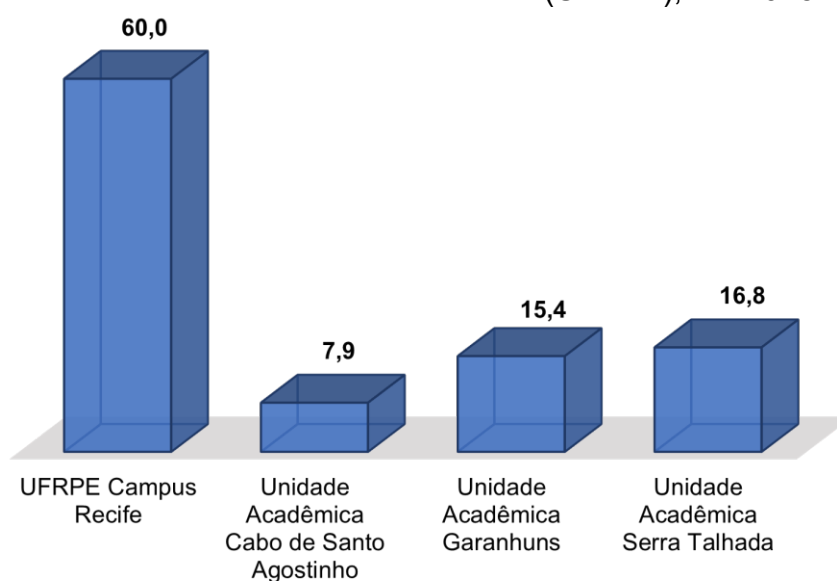
Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI) para a nomeação da comissão de análise de dados, e das reuniões seguintes para repasse de dados brutos, delimitação, organização dos gráficos a serem analisados e discutidos coletivamente com a equipe da PROGESTI e amadurecimento nas reflexões das categorias de análise pela comissão. Neste interim, tal documento é o resultado de um profícuo e assíduo trabalho, construído coletivamente, cujo resultado apresentamos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A UFRPE é caracterizada por sua longevidade institucional, possuindo 107 anos de tradição acadêmica, expresso nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo o Campus Dois Irmãos o mais antigo da referida instituição, concentrando 46% dos cursos de graduação, seguido pela Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), com 16%, e pela Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG)², com 13% (UFRPE, 2018).

Nesse sentido, a partir dos dados coletados, observa-se que a adesão dos discentes à pesquisa foi proporcional à representatividade na totalidade dos cursos, por unidade, conforme a Figura 1.

Figura 1. Distribuição dos graduandos respondentes da pesquisa, por Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

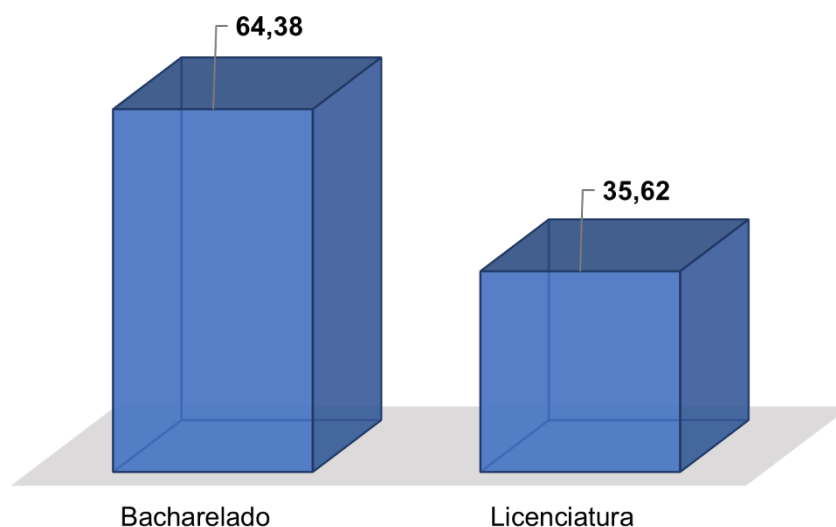
Dos 15.088 dos estudantes que responderam à pesquisa, 60% estão matriculados no Campus Dois Irmãos, em Recife, seguido pela UAST, com

² Cabe considerar que a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) passa a integrar a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) que “tem sua origem no ano de 2018, a partir da Lei Nº 13.651, de 11 de abril de 2018, através do desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) / Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG); Unidade esta que foi criada no ano de 2005, por meio de programa de expansão universitária. Desta forma, a UFAPE vem a assumir toda a estrutura física, patrimonial e de pessoal da até então UAG/UFRPE.” Disponível em: <http://ww3.uag.ufrpe.br/historia>. Acesso em: 05/05/2020.

16,8% dos participantes, pela UAG, com 15,4%, e pela Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), com 7,9% (Figura 2). Isto mostra que a amostragem coletada contempla a heterogeneidade que compõe o perfil do graduando da UFRPE, no tocante à diversidade regional, social econômica e cultural, visto que tais Campi estão fisicamente estruturados nas respectivas regiões: Agreste, Sertão e Região Metropolitana do Recife. Estas unidades apresentam desafios diversos para a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, no tocante ao custo-moradia, distância de moradia e formas de acesso à universidade, a partir da própria estrutura da cidade que comporta o Campus.

Outro aspecto identificado com a pesquisa revelou que, da totalidade dos participantes, a ampla maioria são estudantes matriculados em Cursos de Bacharelado (Figura 2).

Figura 2. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando o grau de formação do curso.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

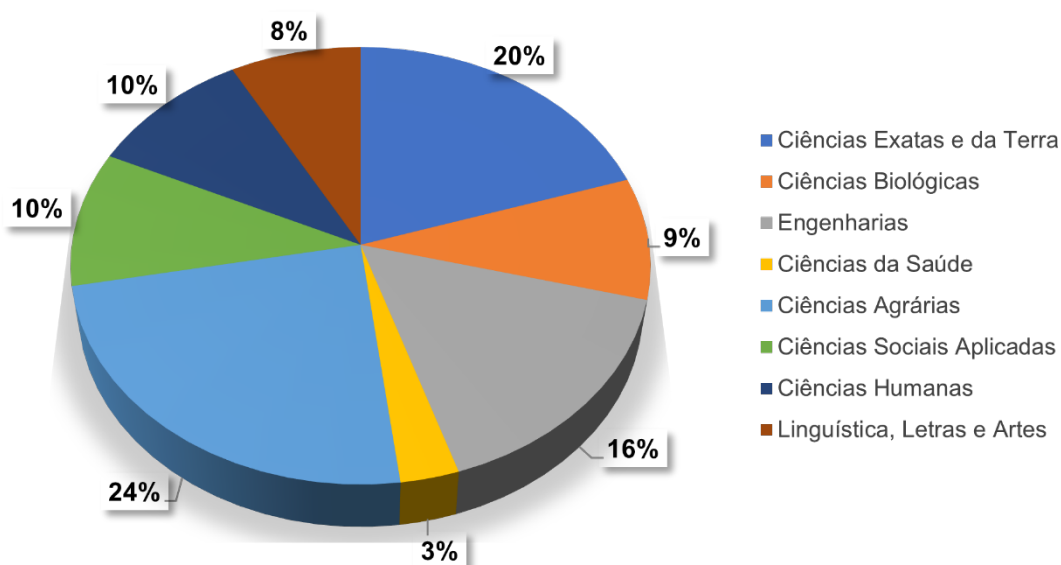
Dos 15.088 estudantes participantes da pesquisa, 64,38 % são de Curso de Bacharelado, enquanto 35,62% são de Cursos de Licenciatura, em consonância com o perfil nacional dos estudantes de graduação (Figura 3).

De acordo com a sinopse estatística da educação superior de 2017, dos 3.336.249 estudantes que ingressaram no ensino superior, 1.940.059 (58,1%) o

fizeram em Cursos de Bacharelado, em detrimento de 649.137 (19,4%) que ingressaram em Cursos de Licenciatura (INEP, 2018).

No tocante à área de conhecimento em que estão vinculados, os cursos nos quais os participantes da pesquisa estão matriculados, destacou-se a área de Ciências Agrárias, seguida de Ciências Exatas e da Terra.

Figura 3. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a área do curso, seguindo a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



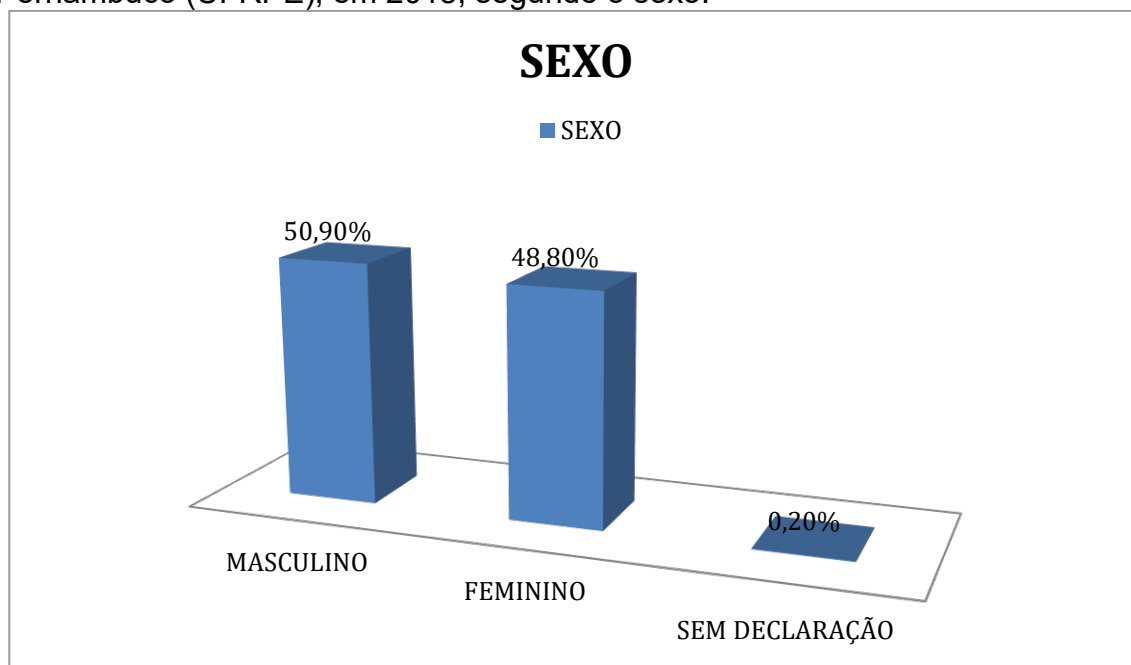
Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Tal dado expressa, de modo consoante, a representatividade dessas áreas de conhecimento, no que se refere à totalidade dos cursos da UFRPE destacadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), onde as Ciências Agrárias correspondem a 24% dos cursos de graduação, seguida das Ciências Exatas e da Terra, com 20% (UFRPE, 2018).

Percebe-se que, na particularidade da UFRPE, há um movimento inverso ao que predomina nacionalmente. Nas grandes áreas de concentração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), há uma nítida liderança das Ciências Humanas, seguida das Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias (INEP, 2018).

No que concerne ao quesito sexo, 50,90% dos discentes responderam que são do sexo masculino (Figura 4).

Figura 4. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo o sexo.



Fonte: V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais, em 2018.

Diferentemente do perfil nacional do estudante de graduação apresentado pela sinopse estatística de educação superior de 2017 diz que, do total de 8.286.663 matriculados, a maioria foi dos estudantes do sexo feminino (4.719.482 – 56,9%), em detrimento dos estudantes do sexo masculino (3.567.181 – 43,1%). (INEP, 2018).

Todavia, considera-se sutil tal diferenciação, visto que a composição se encontra próxima à paridade, na composição do percentual da amostragem. Isto ocorre, sobretudo, por se tratar de uma realidade institucional, onde predominam cursos cujas áreas de concentração, historicamente, têm mantido um padrão cultural de gênero, que é ocupado, predominantemente, pela dominação masculina. De acordo com a pesquisa realizada pelo Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior (GEA), com base nos questionários aplicados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), no que concerne às grandes áreas de conhecimento “[...] as mulheres continuam em alta nas áreas que demandam características pessoais socialmente

consideradas “mais femininas”, como nas carreiras de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Serviços, e Humanidades e Artes” (Cadernos do GEA, 2012, p. 26).

Desta maneira, cabe clarificar que a mudança na composição do alunado do ensino superior, no tocante ao sexo, que é marcado, também, pela recenticidade, pois, conforme dados salientados pela pesquisa do GEA (CADERNOS do GEA, 2012, p. 13) em 1956, a parcela feminina representava apenas 26% do total de matriculados. A alteração desse quadro se dá, de modo massivo, no início do ano 2000, “quando as mulheres entre 20 e 29 anos atingiram 60% do total de concluintes” (CADERNOS do GEA, 2012, p. 13).

Dentre os elementos que corroboraram para a mudança desse perfil, encontram-se as mudanças de padrões culturais de gênero socialmente dominantes, com destaque para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a redução da taxa de fecundidade, e, conseqüentemente, a demanda pela qualificação de mão de obra para inserção em melhores ocupações. A assertiva foi endossada pelas estatísticas de gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), desvelando que nos grupos etários com idade igual ou superior a 60 anos, a taxa de analfabetismo é maior entre as mulheres (27,4%), enquanto os dados do sexo masculino, na referida faixa etária, apresentaram uma taxa de analfabetismo de 24,9%. Contudo, tal processo se inverte nas faixas etárias mais novas, com 1,9 % de taxa de analfabetismo para mulheres entre 15 e 29 anos, contra 3,6% entre homens, no respectivo grupo etário (IBGE 2010, *apud* IBGE 2018).

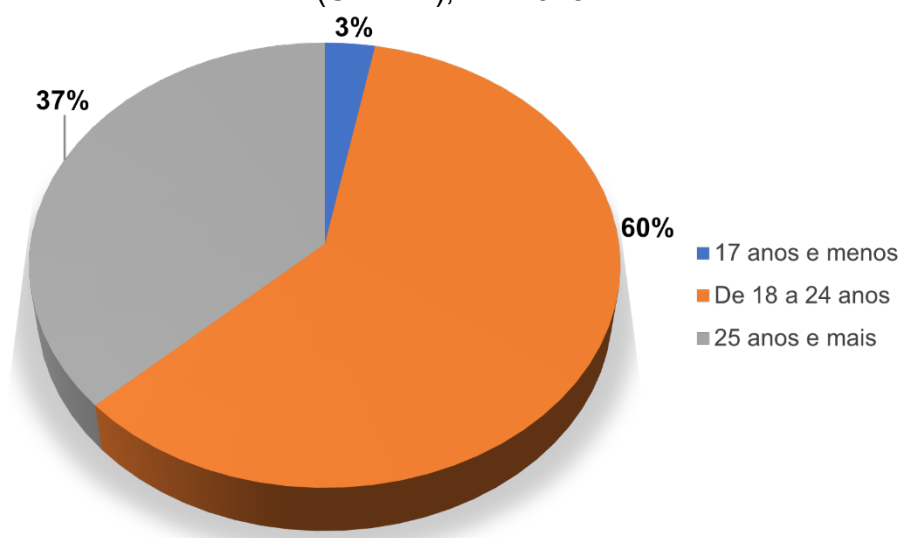
Desse modo, é possível observar que o perfil do estudante da UFRPE está próximo de espelhar a realidade social brasileira, que é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres, de acordo com o IBGE, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2018. Expressando o processo de escolarização feminina como forma de ascensão social e de rompimento com a condição de inferioridade social que foi delegada à mulher na sociedade.

Destaca-se, na particularidade da realidade social do perfil discente que compõem a UFRPE, encontra-se, não só uma equiparação numérica do quantitativo de estudantes do sexo feminino e masculino, mas, uma aproximação equitativa de gênero no tocante das grandes áreas de conhecimento, apontando

para o “[...] crescimento da participação feminina em “carreiras tipicamente masculinas” (CADERNOS do GEA, 2012, p. 28).

No que tange à faixa etária dos estudantes da UFRPE, a Figura 5 mostra que a maioria dos estudantes são jovens entre 18 e 24 anos.

Figura 5. Distribuição dos graduandos, segundo a faixa etária, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Destaca-se que a ampla maioria se encontra na faixa etária considerada adequada para este nível de ensino. Trata-se de faixa etária que tende a residir com os pais, e que, por sua vez, tem uma disponibilidade maior no tocante ao tempo do discente para a dedicação aos estudos. Este fato pode corroborar a menor probabilidade de retenção, quando comparados àqueles que estão em idade mais elevada. Estes últimos tendem a possuir maiores responsabilidades financeira e familiar, tendo maior comprometimento do tempo disponível dedicado ao estudo.

Trata-se, também, de uma faixa etária que tem como característica a recenticidade de conclusão do ensino médio, e conseqüentemente, uma possibilidade maior de adaptação ao nível superior em relação àqueles que estavam fora da rotina acadêmica. A taxa líquida de participação da faixa etária de 18 a 24 anos na UFRPE supera a composição do perfil do estudante de graduação nacional no tocante a referida faixa etária, pois, de acordo com a sinopse estatística do censo de educação superior de 2018, de 8,450,755

estudantes matriculados, 4,323.58 encontram-se na faixa etária de 18 a 24 anos, representando, aproximadamente, 51% dos estudantes matriculados (INEP, 2018).

Assim, tem-se um percentual 37% entre os participantes da pesquisa que ultrapassam a referida idade ideal. Dentre os fatores que podem ter corroborado para o não ingresso na idade ideal, destacam-se: retenção/evasão no ensino fundamental/e ou médio, dificuldade de acesso/deslocamento para a unidade escolar, visto que aqueles que residem em área rural possuem determinantes que constituem óbices ao seu acesso à educação, em relação ao discente de zona urbana, com local de moradia de difícil acesso, pauperização da família e dificuldade financeira para custear as despesas básicas, ainda que irrisórias, com a educação, e necessidade de mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho, no tocante à complementação da renda.

Neste interim, Vasconcelos (2016) endossa que uma das mais expressivas dificuldades do estudante ingressar e concluir o ensino superior na idade ideal está diretamente relacionada aos níveis de renda. A referida autora destaca que, no ano de 2010, dentre os jovens com renda domiciliar *per capita* inferior a um salário-mínimo (58% dos jovens brasileiros), apenas 6,7% estavam cursando ou tinha concluído esse nível de ensino. De outro lado, aqueles cuja renda *per capita* era superior a três ou mais salários-mínimos, mais de 60% haviam alcançado tal nível de ensino, estatística ainda mais elevada para aqueles com renda *per capita* superior a cinco salários-mínimos (70%).

Desse modo, tal dado revela que o poder aquisitivo do conjunto familiar é um fator determinante para favorecer o sucesso acadêmico do discente dentro da faixa etária considerada ideal, e que reitera a necessidade de fortalecimento da política de assistência estudantil, no tocante ao oferecimento de recursos que asseguram não só acesso, mas a permanência desses estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade³ e extrema vulnerabilidade socioeconômica.

³ A condição de vulnerabilidade social decorre “[...] de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social” (GIOVANI, apud MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - PNAS, 2004, p.31). Ademais, para

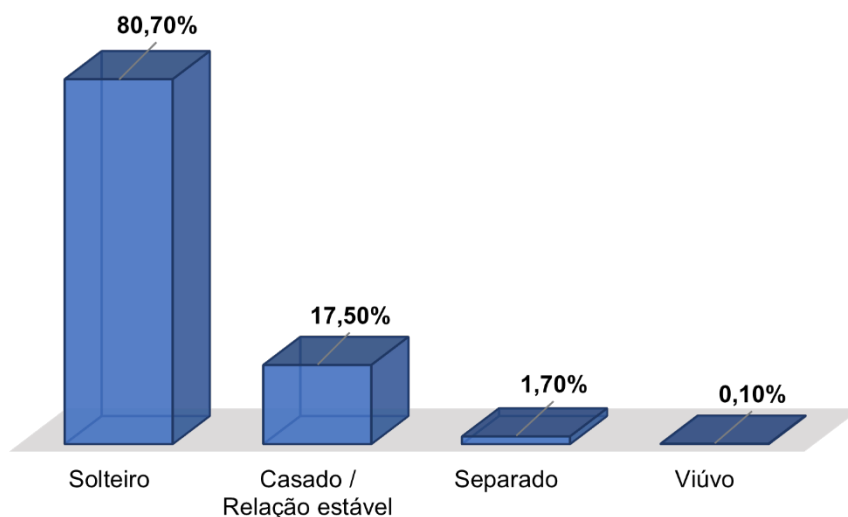
Outro fator que pode corroborar o não ingresso ou conclusão do ensino superior (retenção/evasão) na faixa etária ideal está relacionado às tensões e angústias próprias da fase de vida dos jovens, como a escolha da carreira que exercerão ao longo da vida, as descobertas e a identificação identitária na passagem da adolescência para a vida adulta, bem como as dificuldades de adaptação ao universo acadêmico. Muitas vezes estes aspectos estão aliados à primeira experiência de sair do seio familiar, ao lidar com a distância de suas origens e de estar inserido em um novo contexto cultural, conforme endossa Matta et al. (2017, p. 584).

[...] as metodologias utilizadas no ensino superior diferem substancialmente daquelas usadas no ensino médio; diminuem o paternalismo e a cobrança externa; e aumentam a responsabilidade, a liberdade e, espera-se, a maturidade. Os calouros podem reagir de maneira bem diferente a essas mudanças: alguns se adaptam rapidamente e eficientemente; outros percorrem este caminho lentamente e há ainda aqueles que não o completam.

Tal realidade tem ficado evidente no tocante aos desafios dos jovens ao lidarem com o ensino superior, quando nos deparamos com os números de adoecimento mental, aspecto que abordaremos mais detalhadamente em outro momento deste documento.

Ademais, os dados brutos permitiram identificar que, no que concerne a situação conjugal, a ampla maioria dos discentes declaram que estavam solteiros (80,70%).

Figura 6. Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a situação conjugal.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

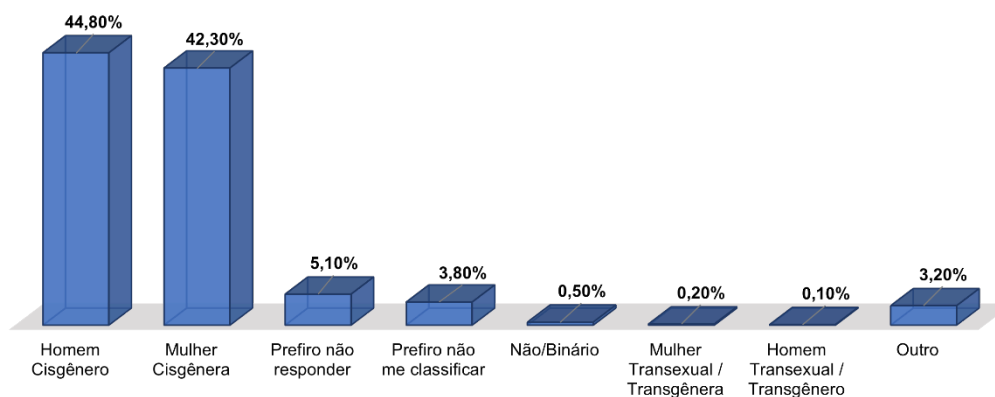
Cabe considerar que o fato de a maioria dos discentes se encontrarem solteiros dá-se, sobretudo, pela predominância da faixa etária, por se tratar de um público jovem, conforme os próprios dados revelaram.

Em segundo lugar, destacaram-se os que declaram estar casados ou em uma relação estável (17,5%). Para estes, há uma tendência de enfrentamento de maiores desafios para a permanência na academia, haja vista que é próprio da realidade de pessoas que se encontram em tal realidade, terem maior comprometimento de tempo no tocante aos afazeres/responsabilidades domésticas e responsabilização direta quanto ao sustento do núcleo familiar.

No que tange ao gênero, o estudo identificou que dos participantes da pesquisa a ampla maioria se caracteriza como homem cisgênero⁴ 44,8%, seguido de 42,3% que se caracterizam como mulher cisgênero (Figura 7).

Figura 7. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando o gênero do estudante.

⁴ Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que foi lhes determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012).



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

A partir da observação dos dados pode-se perceber que 0,2% são mulheres transexuais⁵ e 0,1 % homem transexual. Em outras palavras, apenas 0,3% dos participantes da pesquisa se identificaram como transgêneros. Cabe considerar que não há um dado oficial dos institutos de pesquisas nacionais para a divulgação da porcentagem desse segmento na composição populacional brasileira, o que denota o negligenciamento e marginalização dessa minoria pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido, faz-se necessário ilustrar a situação de extrema vulnerabilidade que esse segmento populacional enfrenta, pois a sua luta não é só pela educação superior, ela passa, sobretudo, pela garantia à vida. Uma pesquisa apresentada pelo site do Senado Federal, em 2017, ressaltou que, enquanto a expectativa de vida da população brasileira, em geral, é de 75 anos, a da população trans é de 35 anos (BRASIL DE FATO, 2018).

O dossiê de assassinatos de pessoas trans realizado pela Associação nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apresenta a região Nordeste como a que mais mata pessoas trans no Brasil, com um percentual de 59% dos casos de assassinato (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018).

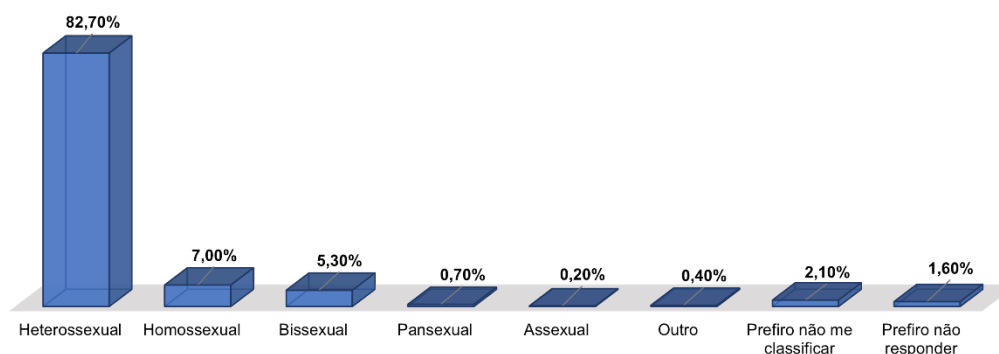
Também enfatizamos as diversas barreiras enfrentadas pelas pessoas trans, desde a rejeição do núcleo familiar, exposição as mais diversas formas de violência (física, sexual, psicológica, simbólica), preconceito exclusão do mercado de trabalho, onde a luta pela existência encontra alicerce na prostituição (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018).

⁵ São designadas como pessoais transexuais aquelas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento (JESUS, 2012).

Diante de tais evidências, o desafio para o ingresso e a permanência da população trans no ensino superior é gritantemente mais intenso, pois a caminhada tende a ser mais árdua e as bases mais frágeis, no tocante ao preconceito e à violência que enfrentam cotidianamente (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018). Esta realidade tende a se estender à população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Este fato mostra como é imperativo a imprescindibilidade da universidade desenvolver estratégias para superar a invisibilidade/exclusão que tal segmento enfrenta na sociedade.

Neste interim, no que tange à orientação sexual, identificou-se que, dos participantes da pesquisa, a ampla maioria afirmou ser heterossexual (82,7%), conforme a Figura 8.

Figura 8. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando a orientação sexual do estudante.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Seguido dos heterossexuais (82,70%), estão aqueles que se identificam como homossexuais⁶ (7%), bissexuais⁷ (5,3%), pansexual⁸ (0,7%). Segundo o jornal Brasil de Fato (2017), estima-se que a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTI+) represente 10% da população brasileira. Sendo assim, vemos, de modo otimista, a composição do perfil discente da UFRPE no tocante à orientação sexual, pois tal ingresso tem-se dado de modo a corresponder à realidade brasileira.

⁶ “Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas do gênero igual àquele com o qual se identifica” (JESUS, 2012, p.26).

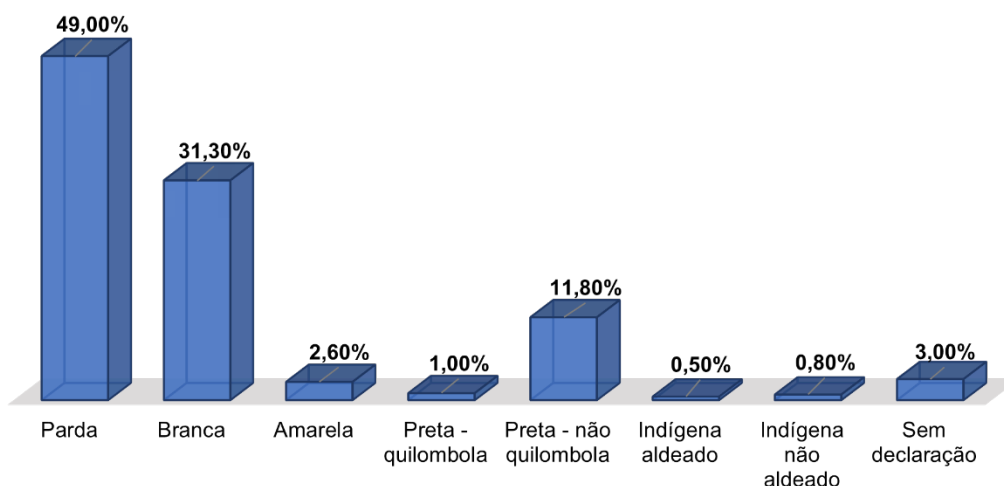
⁷ Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero. (JESUS, 2012, p.26).

⁸ Pansexual é um termo usado para designar pessoas se sentem atraídas por diversas identidades e/ou expressões de gênero.

Contudo, não o vemos de modo messiânico e contemplativo, pois a caminhada é assídua, visto que se trata de um grupo situado entre aqueles que historicamente se encontram em vulnerabilidade social (ONU BR, 2019) que, por sua vez, encontram diversos impedimentos para a caminhada no ensino superior. Santos e Araújo (2018) destacam que, por não se enquadrarem no padrão da sociedade heteronormativa, são muitos os processos de exclusão, segregação e rejeição, a LGBTfobia coloca a população LGBTI+ em grave situação, no tocante à vulnerabilidade social.

No que concerne ao quesito cor, destaca-se que 49% consideram-se pardos.

Figura 9. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a cor.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Destacam-se aqueles que se consideram brancos (31,30%) e pretos-não quilombolas (11,80%). Tal dado denota que, na UFRPE, encontra-se uma particularidade relativa à hegemonia quanto ao ingresso dos estudantes da cor parda, em detrimento dos estudantes da cor branca. Estes dados divergindo cenário nacional, apresentado pela sinopse estatística do censo de educação superior de 2018, onde, dos 8.450.755 estudantes, 3.533.562 se consideram da cor branca, sendo a maioria (41,7%) estando, em segundo lugar, entre aqueles que se consideram da cor parda, representando 2.436.411 (28,8%), seguido dos que se consideram pretos 591.161 (6,9%), amarelos 140.720 (1,6%) e indígenas 57.706 (0,6%) (INEP, 2018).

Diante da realidade social brasileira, tal perfil representa um avanço sócio histórico, visto que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio em 2015, 45,22% dos brasileiros se declararam brancos, 45,06% se declararam pardos e 8,86 % se declararam como pretos (IBGE, 2015).

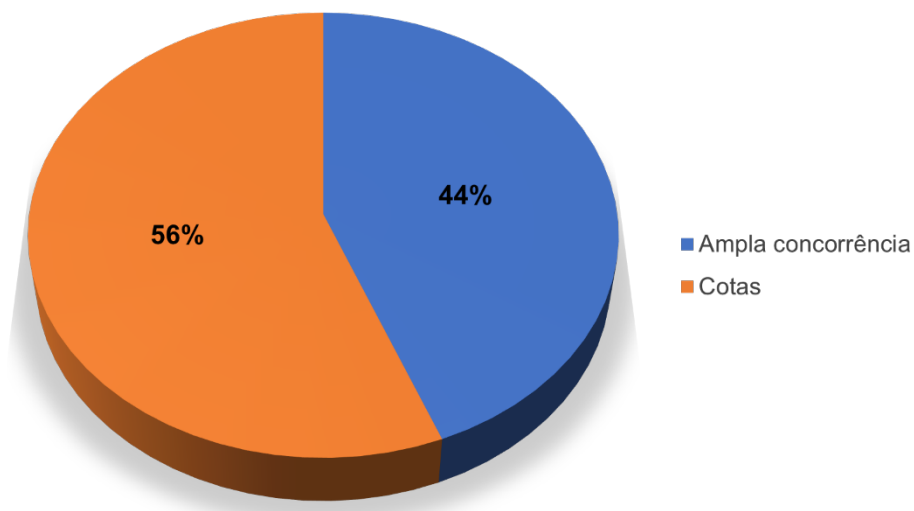
Destarte, cabe considerar as barreiras para uma participação social igualitária dos negros na sociedade, como produto da desigualdade racial estruturada no Brasil, no que tange ao acesso ao mercado de trabalho, níveis de renda e instrução familiar, que, conseqüentemente, tende a vulnerabilizar tal segmento, no tocante à permanência no ensino superior. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) (2018), a PNAD contínua (2016) apresentou um número de desempregados de 13 milhões, dos quais, 64% eram negros, enquanto a renda familiar *per capita* de famílias brancas era de, em média, R\$ 1.097,00, e a de famílias negras era de R\$ 508,90.

Nos últimos anos tem se investido em ações e iniciativas que buscam a superação da desigualdade racial, por meio de políticas públicas de ações afirmativas, que visam atenuar o abismo social entre negros e brancos. Esse cenário tem impulsionado os indicadores que apresentam melhorias na qualidade de vida dos negros e de acesso a bens e serviços públicos, no tocante à garantia de direitos, como forma de reparação das mazelas sociais, oriunda da formação socioeconômica do Brasil, que sempre tratou os negros, pardos e indígenas como excremento social (IPEA, 2019).

Dentre essas ações, destacam-se as cotas para acesso à educação superior e ao serviço público, como forma de reparar o preconceito, a discriminação e a exclusão social, no que tange à raça (IPEA, 2019).

Neste sentido, a representatividade da população negra e parda na UFRPE apresenta um salto histórico, na luta pela superação da segregação social, que é também reflexo da política de cotas. Desse modo, destacaremos os indicadores da política de cotas.

Figura 10. Distribuição dos graduandos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a forma de ingresso nos cursos de graduação.



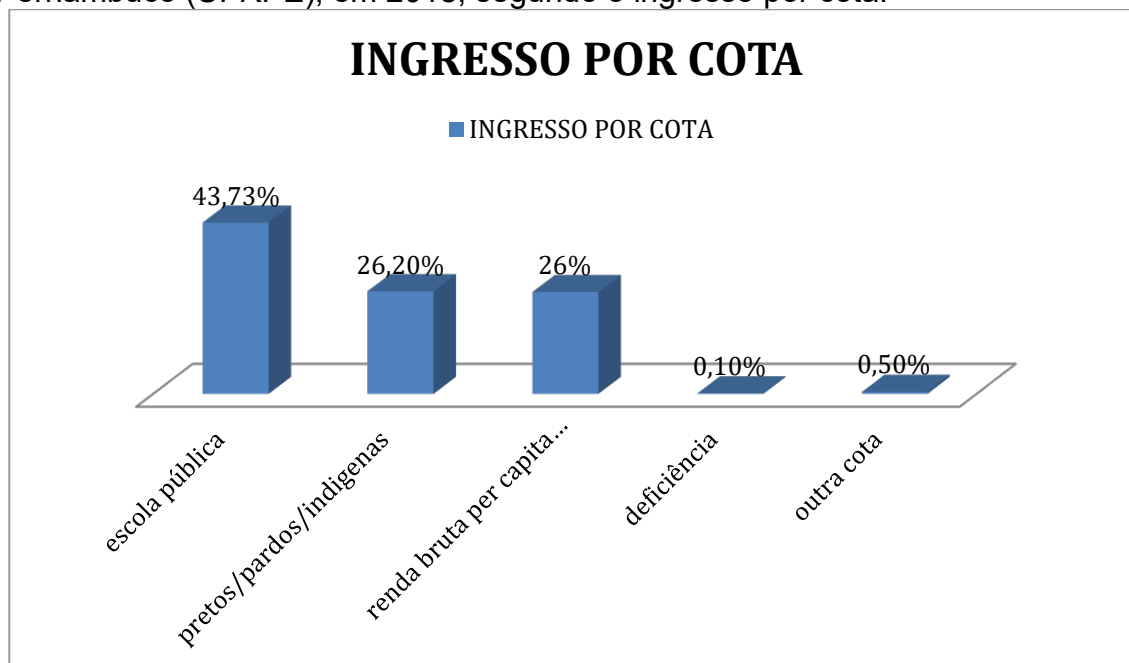
Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

A criação do sistema de cotas faz parte de um conjunto de ações e políticas afirmativas, no sentido de fortalecer um grupo social que, historicamente, estiveram à margem pelas formas de dominação imperantes. Tem seu marco embrionário a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban no ano de 2001, da qual o Brasil participou, que visa reparar desigualdades econômicas e sociais por meio da garantia do acesso à educação superior, a partir da reserva de vagas para candidatos negros, pardos e indígenas (CARTA CAPITAL, 2017; UNE, 2019). Trata-se, portanto, de uma medida discriminatória positiva, na perspectiva de combater a histórica exclusão social e promover a integração e a cidadania para os cidadãos negros, pardos e indígenas (UNE, 2019).

Percebemos que 44% dos estudantes ingressaram na UFRPE por meio do sistema de cotas, denota que a instituição está próxima a atingir a meta de 50% das vagas reservadas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública. Estas vagas estão sendo preenchidas por candidatos que possuem renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio e por estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com

deficiência, conforme baliza a lei de cotas⁹. Nesse sentido, clarificamos que a política de cotas não está restrita à condição racial.

Figura 11. Distribuição de graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo o ingresso por cota.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Na realidade da UFRPE, a ampla maioria que optou por concorrer pelas cotas, ingressou pela cota para estudante oriundo de escola pública (43,73%). Dentre estes, destacam-se os pretos pardos e indígenas representando 26,20%, os que possuem renda *per capita* bruta igual ou inferior a um salário-mínimo com 26 %, e pessoas com deficiência com 0,10% (Figura 11).

A política de cotas possibilita o ingresso no ensino superior de discentes que, muitas vezes, inaugura esse nível de ensino no seu seio familiar, que veem no ensino superior uma janela para uma ascensão social. Desse modo, abre-se espaço para que a universidade espelhe a realidade brasileira, no tocante as desigualdades socioeconômicas e os desafios da produção e reprodução da vida social, no âmbito do universo acadêmico. Em outras palavras, com a

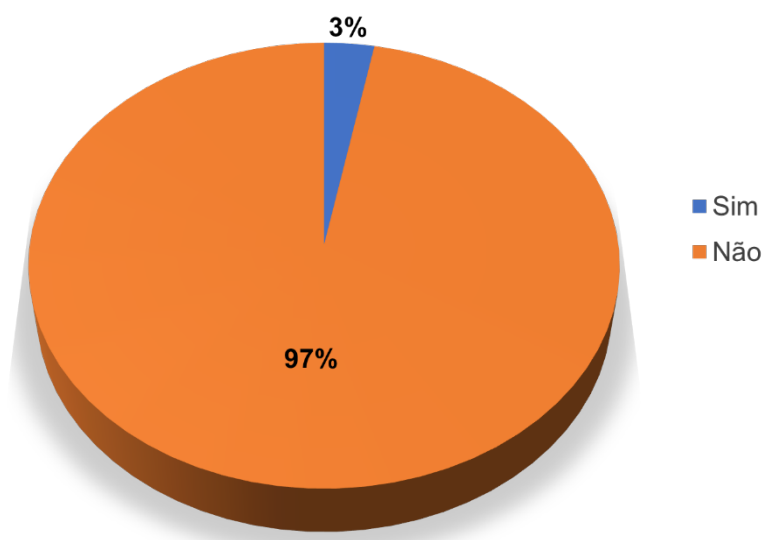
⁹ “Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.” (BRASIL, 2012, p. 01) Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> acesso em 11 de novembro de 2019.

diversificação social do perfil dos discentes, reverbera no âmbito acadêmico o desafio dos estudantes no que tange ao custeio das necessidades básicas com alimentação, transporte, materiais acadêmicos, livros, participação em congressos e seminários, entre outros, que trazem ônus financeiros ao perfil do discente cotista que é negro, pardo, preto indígena, de uma realidade empobrecida social econômica e culturalmente.

Neste interim, o ingresso do discente cotista traz o desafio de permanecer na graduação, diante da vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram. É nesse intuito, de oferecer bases de sustentação para a permanência desses estudantes dos extratos mais empobrecidos da sociedade no universo acadêmico, que o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) visa a viabilização de “[...] igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010, p.02).

Ademais, os dados brutos da pesquisa da Andifes (2018) também identificaram porcentagem de discentes com deficiência. Em vista disso, a Figura 12 mostra o percentual de estudantes na UFRPE, considerando a existência de particularidade quanto a uma Pessoa Com Deficiência (PCD).

Figura 12. Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando possuir alguma deficiência.



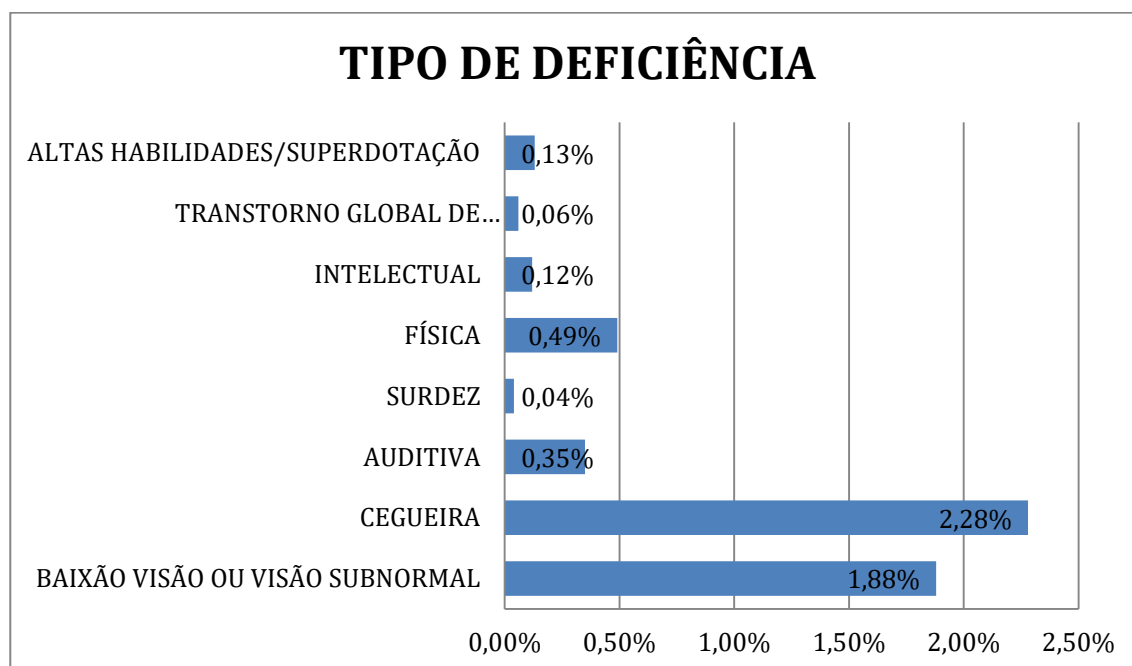
Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Podemos identificar que apenas 3% dos estudantes de graduação da UFRPE são pessoas com deficiência (Figura 12). Dentre estes, destacaram-se pessoas com baixa visão ou visão subnormal (1,88%).

Cabe salientar que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p.01).

Destaca-se que, dos estudantes da UFRPE, 1,88 % possuem baixa visão ou visão subnormal, 0,04% surdez, 2,28% cegueira, 0,35% auditiva, 0,6% transtorno global do desenvolvimento, 0,12% intelectual (Figura 13).

Figura 13. Distribuição de graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo o tipo de deficiência.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

De acordo com o IBGE (2019), os dados do censo demográfico de 2010, as pessoas com deficiência no Brasil representam 23,9% da população. Diante de tal dado, percebemos uma participação ainda tímida, no tocante ao ingresso

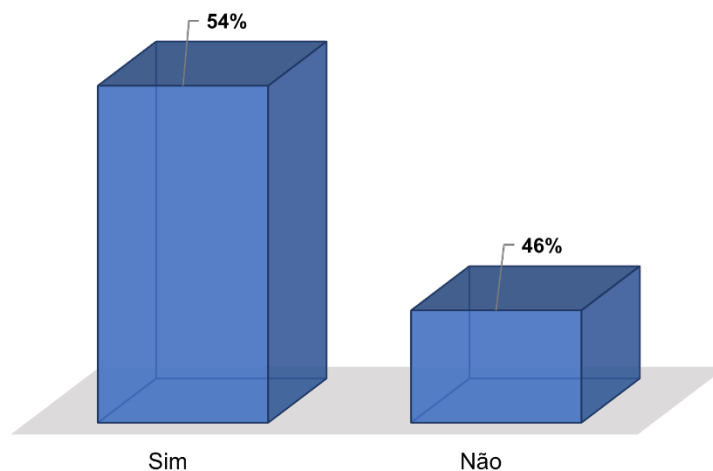
de pessoas com deficiência na UFRPE, mas que não se trata de uma particularidade apenas desta instituição.

É preciso considerar que tal realidade pode estar ligada aos incontáveis desafios de acessibilidade, no tocante às barreiras arquitetônicas da instituição, o traslado, as dificuldades didático-pedagógicas dos docentes em sala de aula, considerando a criação de mecanismos e métodos que atendam o PCD, em igualdade aos demais estudantes; bem como os óbices sociais, visto que o comprometimento financeiro de uma família com um estudante PCD tende a ter agravos. Ressaltamos que alguns discentes PCD demandam o acompanhamento de tutor/acompanhador durante o período de aulas, que tendem a corroborar a retenção e a evasão destes discentes.

Visando garantir melhorias na permanência do estudante PCD, a UFRPE dispõe do Núcleo de Acessibilidade o que representa um avanço político institucional na garantia de direitos a uma pessoa com deficiência. Nesse sentido, é preciso continuar a avançar no fortalecimento de estratégias que garantam acessibilidade, no que a tange o oferecimento de condições que atenuem as barreiras diárias enfrentadas pelas PCD para ingresso e permanência na UFRPE, garantida a democratização da formação cidadã, laica, gratuita e de qualidade.

Ademais, no que se refere à habitação/mobilidade, desvelou-se que 54% dos estudantes da UFRPE residem na respectiva cidade em que se encontram matriculados em curso de graduação (Figura 14).

Figura 14. Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando o local da residência na cidade do curso.

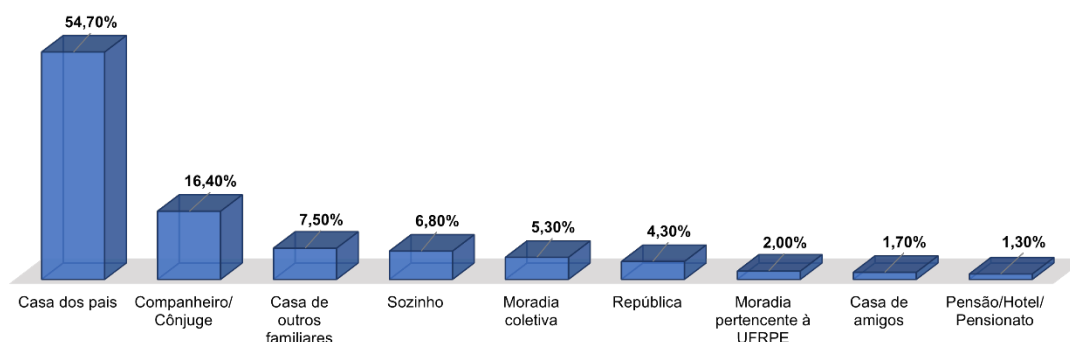


Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Identificamos um percentual elevado de estudantes que não residem na cidade do curso (46%). O referido dado impõe uma preocupação quanto às formas de deslocamento, aos custos para a permanência e aos desgastes físico e psíquico para o estudante que enfrenta tal realidade. Este fato pode estar associado à vulnerabilidade socioeconômica do discente ou seu núcleo familiar em custear o aluguel para a permanência na cidade do curso.

Considerando a atual situação de moradia dos discentes, desvelou-se que 54,70% ainda residem com os pais, o que tende a corroborar a assertiva da dependência dos discentes quanto a renda familiar (Figura 15).

Figura 15. Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando com quem mora e o tipo de moradia atual.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

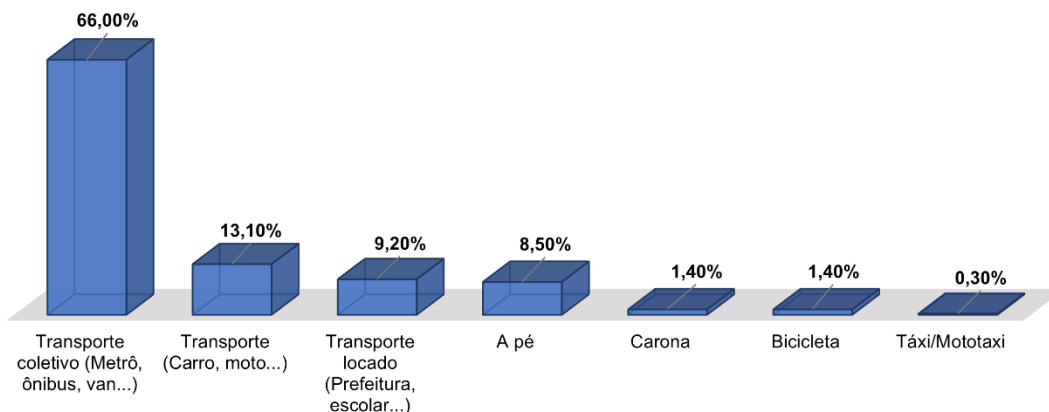
Destacaram-se aqueles que residem com o companheiro/cônjuge (16,40%), seguido dos que residem em casa de outros familiares (7,50%), sozinhos (6,80%), moradia coletiva (5,30%), república e moradia estudantil pertencente à universidade (6,30%).

É preciso atentar que, entre aqueles que residem com a família de origem (54,70%) ou o cônjuge (16,40%), a segurança do seio familiar, no tocante aos aspectos psicossociais, a tendência, via de regra, é de que os estudantes possam contar com o apoio emocional e também financeiro da família. Isto é enfatizado, considerando que aqueles que precisam deixar o seio familiar passam por novas realidades de adaptações, inquietações e angústias próprias da realidade de quem, muitas vezes, faz a sua primeira experiência de sair de casa com o ingresso na graduação. Contudo, cabe considerar que essa vivência familiar pode, em alguns casos, onde a família enfrenta situação de violência doméstica, dependência química ou outros conflitos intrafamiliares, afetar diretamente o rendimento acadêmico e as condições de permanência no curso.

Também apontamos que, aproximadamente, 26,90% dos discentes, os quais sejam: os que residem em república, pensão/hotel/pensionato, moradia coletiva, casa de amigos, sozinho, casa de outros familiares. Estes enfrentam uma realidade ainda mais desafiadora para manter o custeio da própria permanência, haja vista a duplicação das despesas familiares, seja para aqueles que têm moradia, com contrapartida na cidade do curso (alugada ou cedida), seja no custeio da alimentação, material de limpeza e higiene pessoal, e, por vezes, despesas com deslocamento, no que tange ao movimento de retorno dos discentes ao endereço de origem, em finais de semana férias e feriados, que, por vezes, tende a comprometer a renda *per capita* familiar.

No que tange à forma de deslocamento dos estudantes da UFRPE para a universidade, 66,00% utilizam como o transporte coletivo (metrô, ônibus, van...), como mostra a Figura 16.

Figura 16. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando a forma de deslocamento até a universidade.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

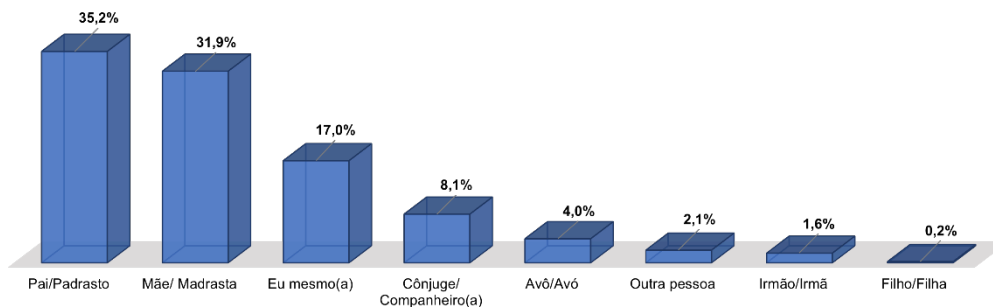
É sabido que, no Recife, a tarifa do metrô¹⁰ está entre na faixa de, aproximadamente, R\$ 3,40, e que a tarifa de ônibus¹¹ custa R\$ 3,45 para o anel A e R\$ 4,70 para o anel B. Nessa perspectiva, considerando o uso da meia passagem para estudantes, tem-se que o ônus é superior a R\$ 70,00 mensais para custeio do traslado, acarretando impacto financeiro na renda da família/discente, que, por vezes, encontra-se financeiramente impossibilitada de suprir tal demanda. Visto que 8,5% dos discentes têm utilizado, como estratégia, o deslocamento a pé e de bicicleta 9,9% realidade que tende a expor estes discentes a riscos.

No que tange ao principal mantenedor do grupo familiar, 35,2% afirmaram que tem o pai/padrasto como provedor (Figura 17).

Figura 17. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo o principal mantenedor do grupo familiar.

¹⁰ .” A tarifa custará R\$ 3 entre 8 de setembro e 2 de novembro, R\$ 3,40 de 3 de novembro a 4 de janeiro do próximo ano, R\$ 3,70 entre 5 de janeiro e 6 de março de 2020 e R\$ 4 a partir de 7 de março de 2020 —“ (Diário de Pernambuco, 2019, p.1). Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/04/passagem-metro-tem-aumento-de-150-e-chegara-a-r-4-em-2020.html>. Acesso em: 19, Nov. 2019.

¹¹ <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/03/passagem-de-onibus-mais-cara-a-partir-de-amanha.html>



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

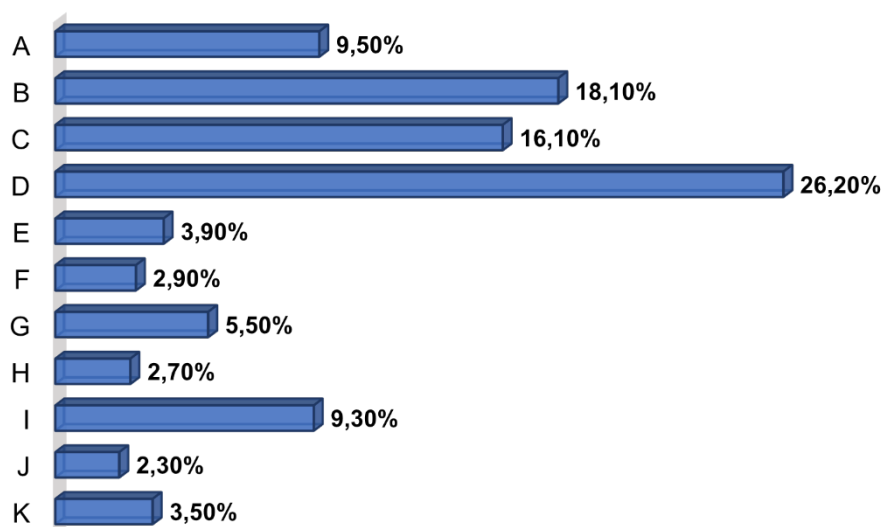
Identifica-se que há uma quase paridade entre famílias chefiadas por homens e famílias chefiadas por mulheres (31,9%), sendo a primeira, maioria (35,2%). É preciso atentar para a realidade de que a família chefiada por uma mulher não necessariamente parte do entendimento de família monoparental feminina.

Cabe salientar que, com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), de 1995 a 2009, o percentual de famílias chefiadas por mulheres teve um de 22,9% para 35,2%, de modo que tal dado expressa as mudanças ocorridas na composição social da realidade social brasileira, no tocante às novas configurações familiares (famílias unipessoal, monoparental feminina), ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, ao aumento do número de divórcios e às novas uniões. Todavia, a referida pesquisa ressalta que tal movimento faz-se imperante, sobretudo em famílias que residem em área urbana.

Neste interim, o aumento de famílias chefiadas por mulheres indica o aumento da autonomia das mulheres. Destarte, famílias chefiadas por mulheres têm apresentado um padrão de vulnerabilidade econômica mais elevado que famílias chefiadas por homens, sobretudo, quando se trata de famílias chefiadas por mulheres negras, pois, ao passo que uma família chefiada por um homem branco apresentou, em média, uma renda *per capita* familiar de R\$ 997,00, uma família chefiada por mulher negra registrou apenas a média de R\$ 491,00 (IPEA, 2011). Isto reitera a precária inserção da mulher no mercado de trabalho em condições salariais mais baixas. Nesse sentido, é preciso atentar, com olhar equitativo, para a realidade de estudantes oriundos de famílias chefiadas por mulheres, em vista da tendência a uma maior vulnerabilidade socioeconômica.

No que concerne ao nível de escolaridade do principal mantenedor do grupo familiar, destacam-se aqueles que possuem ensino médio completo (26,20%) e ensino superior completo (18,10%).

Figura 18. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a escolaridade do principal mantenedor do grupo familiar. A - Especialização, Mestrado ou Doutorado; B - Ensino Superior COMPLETO; C - Ensino Superior INCOMPLETO; D - Ensino Médio COMPLETO; E - Ensino Médio INCOMPLETO; F - Ensino Fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries); G - Ensino Fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries); H - Ensino Fundamental 2 (antigas 1ª a 4ª séries); I - Ensino Fundamental 2 (antigas 1ª a 4ª séries); J - Sem instrução, mas sabe ler e escrever; K - Sem instrução, não alfabetizada.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Percebe-se que a ampla maioria tem com maior nível de escolaridade até o ensino médio (69,9% %¹²), dentre estes estão, também, os que possuem ensino médio incompleto (3,9%), ensino fundamental 2 (2,9%). Dados indicam uma fragilidade quanto à inserção no mercado de trabalho em melhores ocupações, com nível de remuneração mais elevado que propiciem melhor qualidade de vida.

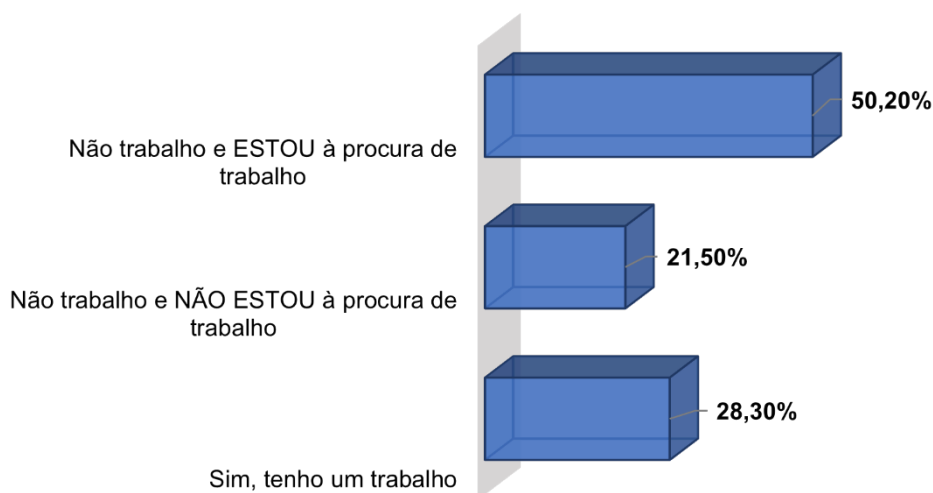
Dados da síntese de indicadores sociais do IBGE (2018) apontam que a população brasileira tem apresentado um baixo nível de instrução, pois em 2017, 43,2% daqueles com vínculo empregatício, não tinham concluído o ensino

¹² Soma das categorias de A até D

médio, e tinham inserção precarizada no mercado de trabalho, visto que os segmentos que não possuíam instrução, ou apenas o ensino fundamental incompleto, foram predominantes em áreas de atividades como serviços domésticos (52%), agropecuária (67,1%) e construção civil (48,1%).

Outro dado que a pesquisa possibilitou identificar trata-se da empregabilidade do estudante da UFRPE, dos quais, 71,7% encontram-se desempregados, dentre estes, 50,2% não trabalham e estão à procura de emprego, e 21,5% não trabalham e não estão à procura de uma atividade de trabalho.

Figura 19. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando a condição de trabalho.



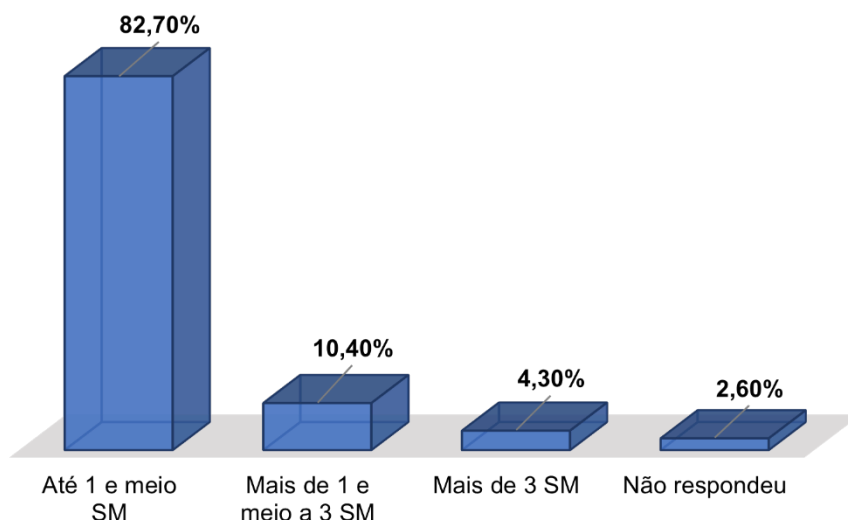
Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

De acordo com o IBGE (2019), o Brasil atingiu uma taxa de desocupação de 11,8% no trimestre de maio a julho de 2019. Tal realidade pode estar relacionada ao desafio para a inserção do jovem no mercado de trabalho, diante da inexperiência profissional e currículo, para competir com segmentos mais experientes e capacitados tecnicamente. Nesse sentido, o IBGE ressalta que, em 2017, a taxa de desocupação entre pessoas de 14 a 29 anos de idade era de 22,6%, enquanto no referido ano, a taxa de desocupação geral estava em 12,5%.

Tais dados brutos da pesquisa da Andifes (2018) revelam que a fonte de renda dos estudantes centra-se na renda familiar dos pais/responsáveis. Neste

Ínterim, o ingresso do discente no universo acadêmico traz impacto financeiro para as despesas da família. Isto é verdade, sobretudo ao considerarmos que 82,7% dos discentes que responderam ao questionário são oriundos de família com renda *per capita* de até 1,5 salários-mínimos, conforme a Figura 20.

Figura 20. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a faixa de renda mensal *per capita*.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

É também preciso considerar que há uma heterogeneidade na categoria que respondeu que a família possui renda *per capita* de até um 1,5 salário-mínimo, pois estão alocados nessa categoria todas as *per capita* inferiores a um salário-mínimo. Se faz necessário considerar que a própria realidade socioeconômica do estado de Pernambuco, que apresentou uma *per capita* de R\$ 871,00 na PNAD, continua igual em 2018¹³, esta realidade está espelhada na composição do perfil do discente da UFRPE.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)¹⁴, em outubro de 2019, o salário-mínimo necessário para responder às necessidades básicas com alimentação, saúde, educação, lazer, moradia, vestuário, previdência e transporte seria de R\$ 3.978,63, para uma família com 4 (quatro) pessoas, para viver em condições condignas, 3,99

¹³ [file:///C:/Users/progesti-TI/Downloads/Renda_domiciliar_per_capita_2018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/progesti-TI/Downloads/Renda_domiciliar_per_capita_2018%20(1).pdf)

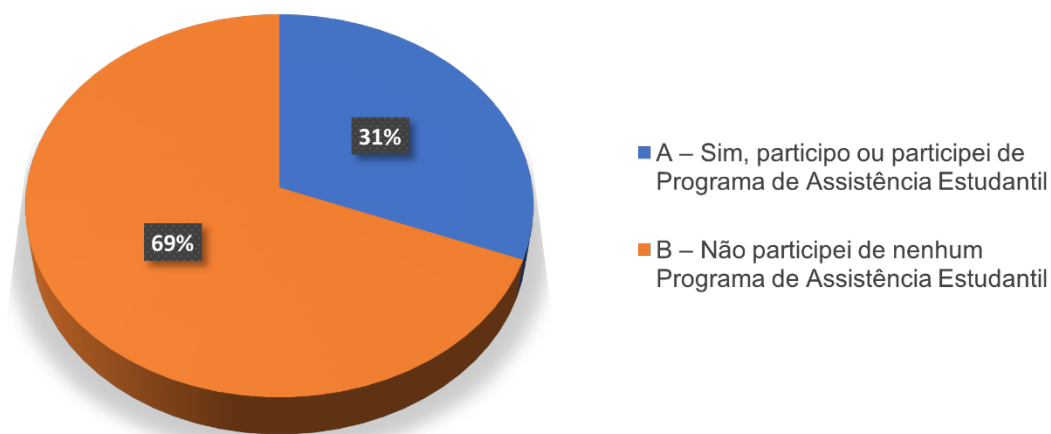
¹⁴ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasicas/salarioMinimo.html>, acesso em 20, Nov. 2019.

vezes mais que atual salário-mínimo atual, que definiria uma renda *per capita* de, aproximadamente, R\$ 1.045,00.

Nesse sentido, identificou-se que, na particularidade da UFRPE, é massivo o perfil do estudante que é público-alvo dos programas de assistência estudantil¹⁵, reiterando-se a necessidade de fortalecimento da referida política, sobretudo das socioassistenciais, diante da vulnerabilidade econômica e pauperização vivenciada pelos discentes, que se tornam óbice ao custeio da permanência no ensino superior.

Feitas tais considerações, observamos que, dos estudantes que responderam ao questionário, 31% participou ou participa de programas de assistência estudantil (Figura 21), o que representa um avanço político institucional na garantia de direitos, no tocante à democratização do acesso e permanência no ensino.

Figura 21. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a participação em programas da Assistência Estudantil.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Criado em 2008 e regulamentado em 2010, a partir do Decreto¹⁶ N° 7.234, o Programa de Nacional Assistência Estudantil (PNAES) objetiva a

¹⁵ “Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.” (BRASIL, 2010, p.02).

¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm, acesso em 20, Nov. 2019.

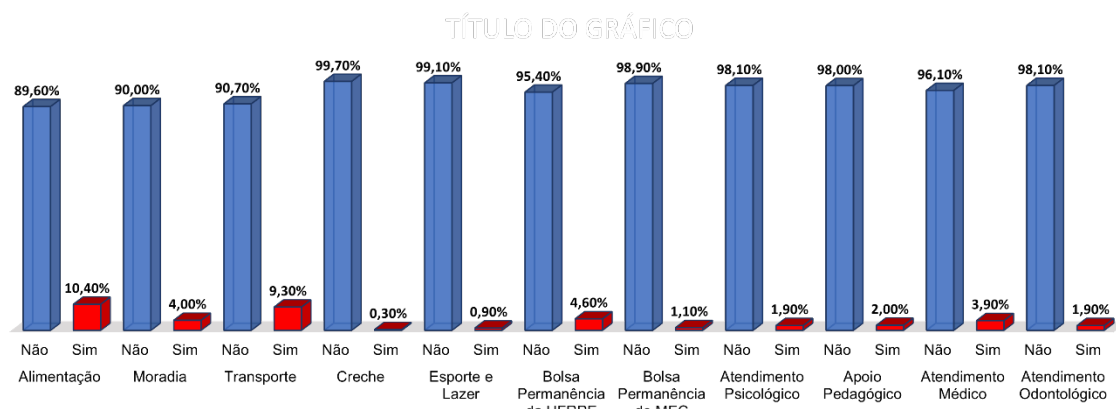
democratização da permanência no ensino superior público, garantindo a inclusão social dos segmentos mais vulneráveis e atenuação da expressão dessas desigualdades sociais, econômicas e regionais, no tocante à permanência na universidade, bem como amenizar a taxa de retenção e evasão dos discentes.

Dentre as áreas de atuação do PNAES, encontram-se ações desenvolvidas no que tange a:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, p.01).

Nessa perspectiva, conforme as diretrizes balizadas no Decreto, a assistência estudantil da UFRPE desenvolve ações nas áreas supracitadas. Diante disso, a pesquisa observou a abrangência e nível de participação dos discentes na assistência estudantil, a partir destas áreas que estão ilustradas na Figura 22.

Figura 22. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a participação em programas de Assistência Estudantil – Modalidades de Assistência.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

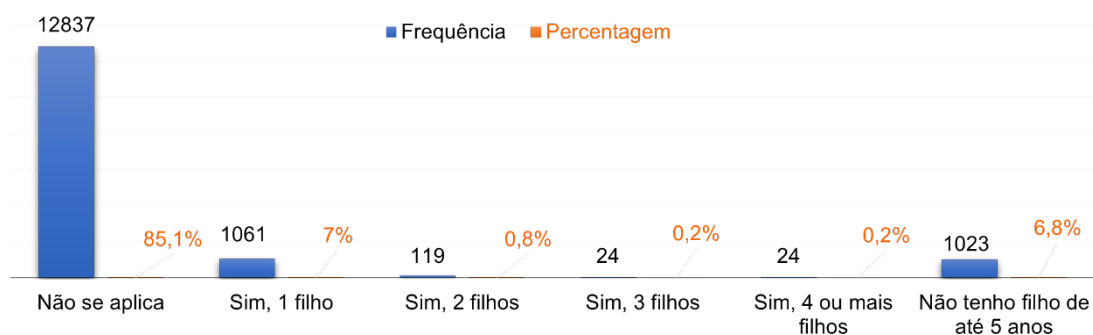
Identificou-se que há uma ampla participação nas áreas de alimentação (10,40%) e transporte (9,30%). Percebe-se que há uma maior participação dos discentes que contribuíram com a pesquisa, em áreas que oferecem condições objetivas e materiais concretas para a permanência no curso

(bolsas/auxílios/moradia), quando comparado às subjetivas (serviços/atendimento), no que concerne ao atendimento médico (3,90%), pedagógico (2,00%), psicológico (1,90%) e odontológico (1,90%).

Tal tendência pode ter, como fator indicativo, o baixo quantitativo de profissionais dessas áreas, para oferecer uma maior cobertura, gerando demanda reprimida, e até mesmo pode indicar um possível desconhecimento por parte de alguns discentes, sobre a existência desses serviços ofertados pela instituição de ensino, ou dificuldade de acesso, considerando que a participação se daria em turno oposto à aula, tendendo a acarretar despesas duplas com transporte e alimentação, entre outras, para a permanência, por maior tempo, na universidade.

No que tange ao número de estudantes com filhos (Figura 23), percebemos que 8,2% possuem filhos de 0 a 5 anos de idade, onde, nesta faixa etária, 7% possuem 1 filho, 0,8% possuem 2 filhos, 0,2% possuem 3 filhos, e 0,2% possuem 4 ou mais filhos.

Figura 23. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a existência de filhos na faixa etária de 0 a 5 anos de idade.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

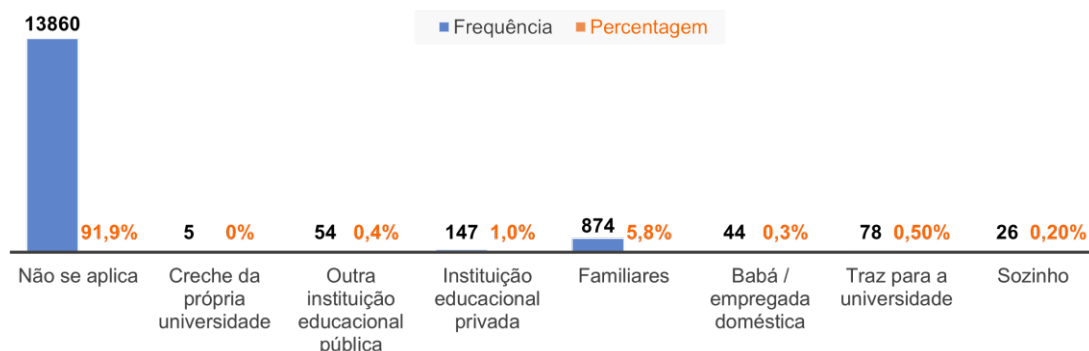
Destaca-se que tal ênfase na referida faixa etária (0 a 5 anos de idade) dá-se por ser um período de maior vulnerabilidade¹⁷ no crescimento da criança. Pois, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social, pertencente ao

¹⁷ “[...] considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.” (BRASIL, 2016, p 01) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm

Ministério da Cidadania¹⁸ (2019, p.01), trata-se do período em que “[...] o cérebro mais se desenvolve em termos estruturais. São os anos mais ricos para o aprendizado [...]” e que, portanto, demandam maiores cuidados, atenção e disponibilidade de tempo dos referidos responsáveis, para o desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo e motor da criança.

Este fato se torna um agravamento de vulnerabilidade no tocante à permanência do(a) discente mãe/pai e a frequência cotidiana destes na academia, pois é comum a dependência da cooperação de membros da família que fragilizam essas crianças, visto que 5,8% dos discentes responderam que deixam seus filhos com familiares no período de aulas, conforme a Figura 24.

Figura 24. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo o local e com quem ficam os filhos de 0 a 5 anos de idade.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Foi identificado que 0,5% dos estudantes precisam trazer o(s) filho(s) para a sala de aula e 0,2% dos estudantes participantes da pesquisa deixam seus filhos sozinhos em casa para participarem das aulas (Figura 24).

Nesse sentido, é preciso avançar em estratégias de fortalecimento das condições de permanência¹⁹ para o(a) estudante pai/mãe, pois, para além dos

¹⁸Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/a-primeira-infancia> > , acesso em 21, NOV. 2019.

¹⁹ Cabe considerar que quando a pesquisa foi aplicada, em 2018, a universidade não contava ainda com a inauguração do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Ariano Vilar Suassuna, em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife. <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-e-prefeitura-do-recife-inauguram-centro-de-educacao-infantil-nesta-sexta-2405>

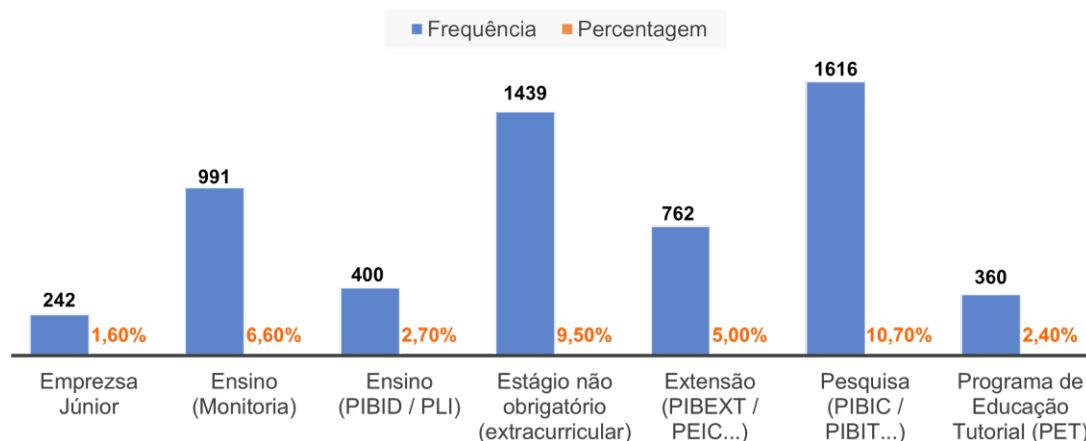
agravos financeiros com a chegada de um novo membro, a família que tem um custo de manutenção básico especial, tem um maior desgaste mental em preocupar-se, também, com o bem-estar dos filhos, no tocante aos cuidados (URPIA; SAMPAIO, 2011). Isto se dá, sobretudo, para aqueles que não têm com quem deixar o filho, em período de aulas, o que tende a acarretar o comprometimento do rendimento escolar e o aumento da taxa de retenção/evasão em decorrência do desafio em conciliar a vida acadêmica com a maternidade/paternidade, principalmente para as mães universitárias, que lidam com a transição para a maternidade na juventude, conjuntamente ao ingresso no mundo acadêmico e, por vezes, com o preconceito, quando a maternidade ocorre antes do matrimônio (URPIA; SAMPAIO, 2011).

Nesse sentido, Uripia e Sampaio (2011) endossam que a maternidade na academia exige um malabarismo das universitárias, pois, mesmo quando não estão em sala de aula precisa conciliar, no ambiente doméstico, as demandas relativas aos cuidados com a criança e a dedicação aos estudos. Esta realidade também traz implicações relativas à participação em atividades extraclasse, no que tange às atividades de pesquisa e extensão. Ressaltamos a importância do Programa de Apoio à Gestante da UFRPE, como estratégia para assegurar a permanência e o rendimento escolar desse público estudantil.

Cabe clarificar que, não apenas a realidade da paternidade/maternidade traz óbices à participação na pesquisa e extensão e/ou outros programas acadêmicos extraclasse que enriquecem a formação profissional, é preciso considerar também a realidade do estudante trabalhador, daqueles que moram em lugares mais afastados da universidade, entre outros fatores.

Nessa perspectiva, a Figura 25 demonstra a participação dos discentes da UFRPE em atividades e programas acadêmicos.

Figura 25. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo a participação em atividades e programas acadêmicos.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Identificamos que, dentre as atividades com maior participação, estão a Pesquisa 10,70% (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica-PIBIC/ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação-PIBIT, entre outros), o Estágio não obrigatório 9,50%, Monitoria 6,60%, e Extensão 5,00%, estando a pesquisa em 1º lugar. Este se trata de um dado interessante, haja vista que a pesquisa/extensão permite a formação de profissionais competentes, no tocante à articulação entre teoria/realidade/estratégias de intervenção, fomentando o desenvolvimento de um perfil profissional, investigativo e criativo, no futuro exercício profissional (GUERRA, 2007).

Desvela-se, a partir de tais dados, que existe uma grande procura por parte dos discentes do estágio não obrigatório. Sem desconsiderar o enriquecimento profissional da referida experiência, no campo didático-pedagógico, é preciso atentar para a realidade de que a procura por estágio extracurricular remunerado, também tem se mostrado como tendência estratégica dos discentes de diversas realidades institucionais de ensino (públicas e privadas), na busca de assegurar suas próprias condições de permanência no curso (PNE, 2009).

Esta é uma assertiva endossada pela Figura 26 ao apresentar as dificuldades financeiras como um dos principais desafios que interfere no contexto acadêmico, com 24,5%, ficando atrás apenas da categoria tempo de deslocamento para a universidade, com 24,7%.

Figura 26. Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando dificuldades que interferem, significativamente, na sua vida ou no contexto acadêmico:



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Também se destacou a falta de hábito para estudo com 20,9% e problemas emocionais 17,2% (Figura 26). Desse modo, percebemos que as variáveis biopsicossociais interferem, substancialmente, no rendimento acadêmico dos discentes.

Neste aspecto, Nogueira (2017) salienta a existência de evidências apontando que o ingresso no ensino superior aumenta a probabilidade de risco ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, os quais, por sua vez, afetam as dimensões “físico, emocional, cognitivo, social e desempenho acadêmico” (NOGUEIRA, 2017, p. 22), visto que se trata de um período de transição para a vida adulta e, com ela, as demandas e responsabilidades tendem a aumentar.

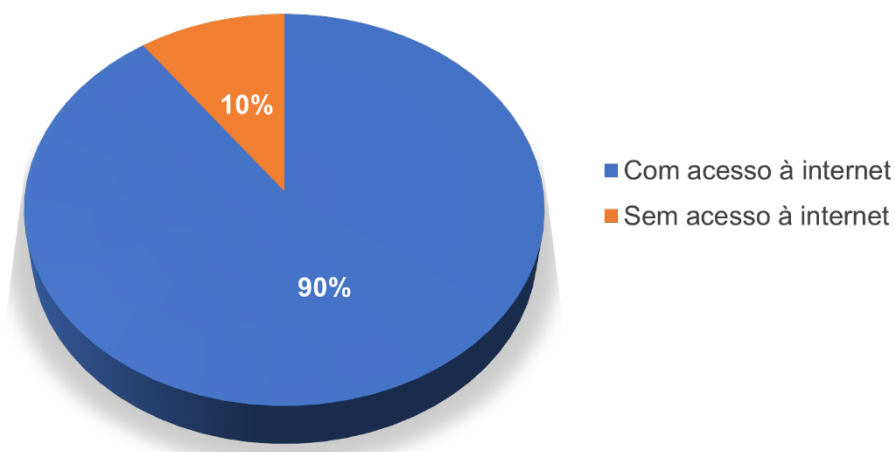
Ademais, é perceptível que tais fatores não se encontram apartados, pois, ambos têm implicação direta no outro, haja vista que a falta de condições socioeconômicas tende a levantar preocupações, ansiedade e angústias nos discentes que almejam alcançar ascensão social no ensino superior, podendo corroborar como gatilho para o adoecimento mental, diante das barreiras

encontradas para a permanência; bem como as dificuldades financeiras têm influência sobre a capacidade de concentração e disciplina dos discentes nos estudos, que somados ao tempo de deslocamento diário e desgastes da rotina cotidiana, corrobora a diminuição do rendimento acadêmico e a falta de disciplina/hábito de estudos.

Nessa perspectiva, Santos et al. (2011) reiteram que a motivação dos discentes para dedicar-se a uma rotina de estudos, com disciplina, é afetada pelos diversos óbices para a vivência acadêmica, desde conflitos pessoais/familiares até os de ordem psicossocial.

Outro fator que tem corroborado esta dificuldade dos discentes estudarem se refere ao acesso à internet em suas casas (Figura 27).

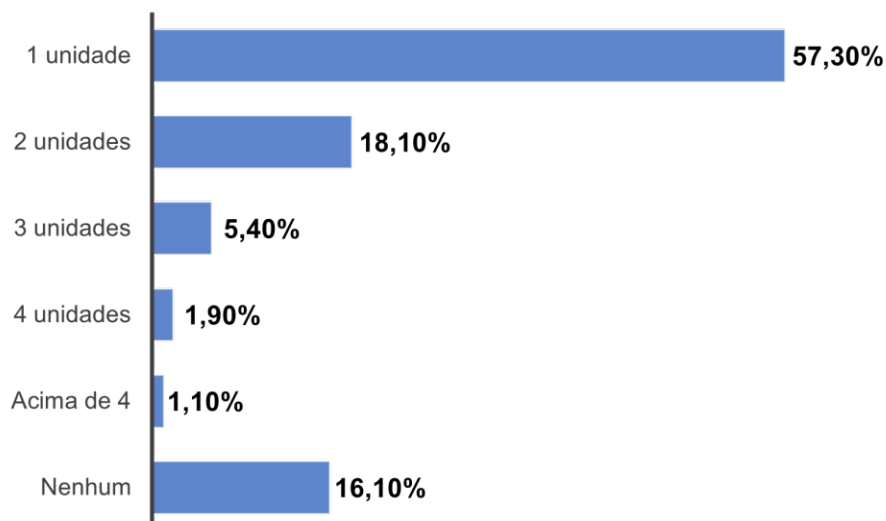
Figura 27: Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando o acesso à internet na casa de sua família.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Os dados brutos revelam que 10% dos estudantes participantes da pesquisa não tem acesso à internet em casa. Assim como também identificou a ausência de computador em casa, por parte de 16,10% dos discentes (Figura 28).

Figura 28: Graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando o número de computadores na casa de sua família.

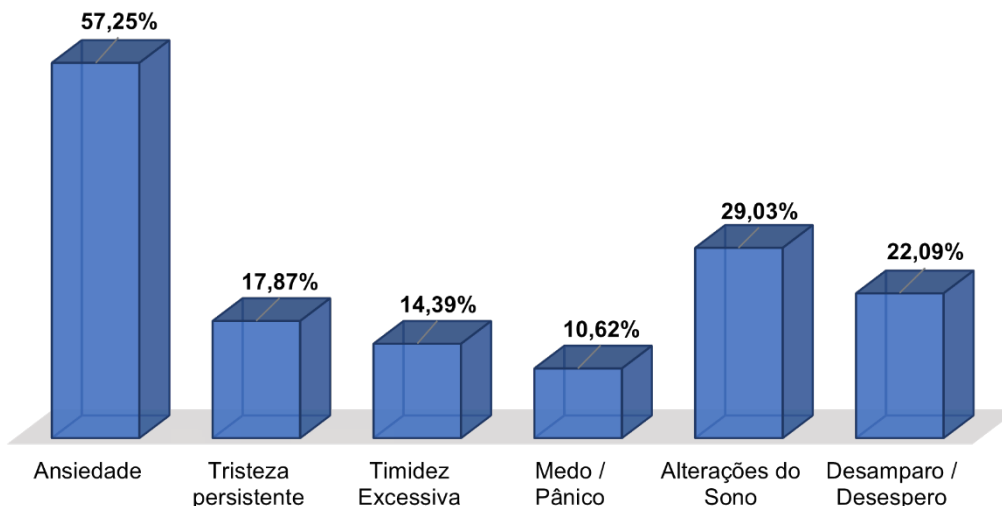


Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Tal realidade torna-se um óbice no processo de ensino-aprendizagem, pois a realidade acadêmica exige um processo investigativo contínuo do discente, assim como produções teóricas e elaboração de trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, o não acesso à internet e a não existência de computador em casa obstaculizam e colocam em pé de desigualdade a formação dos discentes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e tem potencial forte para corroborar o baixo desempenho acadêmico, a retenção e a evasão do discente.

Ademais, o presente estudo também identificou outras realidades que tendem a desafiar a permanência e o desempenho acadêmico dos discentes. A Figura 29 mostra os aspectos emocionais que interferem no desempenho acadêmico dos discentes da UFRPE.

Figura 29. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, segundo as dificuldades emocionais que têm interferido na vida acadêmica.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

Podemos observar dados importantes a respeito do cenário de dificuldades emocionais apresentadas pelos discentes (Figura 29). É importante salientar que a ansiedade, as alterações no sono e os sentimentos de desamparo são mais frequentes. Estes sintomas são, em geral, encontrados nos transtornos de humor, especificamente a depressão. Estes dados estão em consonância com as atuais pesquisas que apontam a depressão como uma das maiores causas do adoecimento de mais de 300 milhões de pessoas no mundo (ONU, 2017).

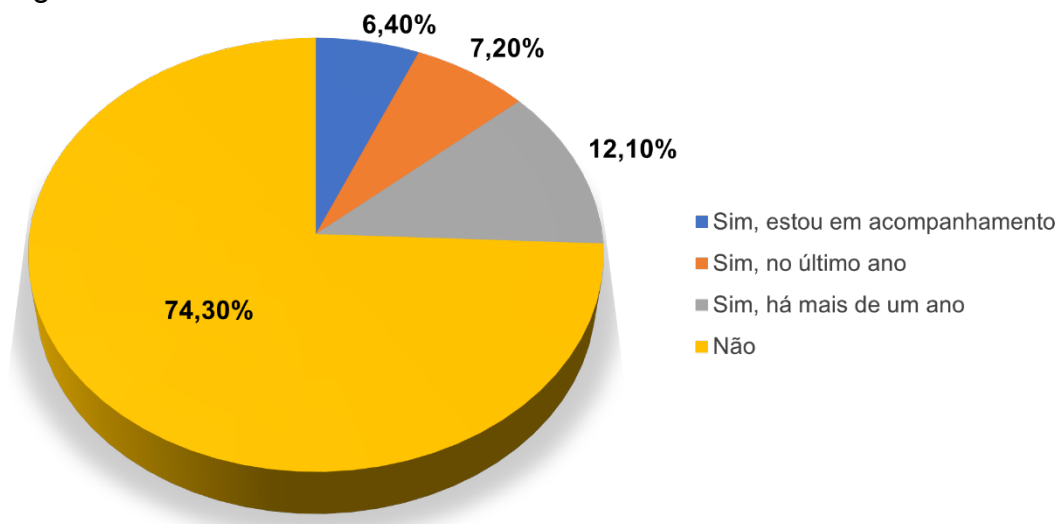
O ingresso na universidade tem sido tratado como um período de grandes transformações na vida dos jovens. Há uma série de mudanças que exige do discente o desenvolvimento de diferentes habilidades para lidar com os desafios inerentes à transição entre a rotina do ensino médio para o superior.

Sobre este tema, Teixeira et al. (2008) apontam alguns desafios, como, por exemplo, as mudanças nos métodos avaliativos, nos métodos de estudo e na participação em aula. Os autores também apontam que, neste período, ocorre a consolidação do sentido de identidade, exigindo do jovem uma maior autonomia e definição de valores. No âmbito vocacional, há a necessidade de definir os planos, os objetivos e os projetos de vida e a adaptação às novas relações de amizade, e, por vezes, a separação da família.

Entretanto, os dados mostram que a procura por serviços de Psicologia, seja dentro ou fora da Universidade, não parece ser uma opção viável entre os

discentes, uma vez que 74,30% dos respondentes afirmaram não procurar por atendimento psicológico (Figura 30). Em contrapartida, 12,10% dos respondentes afirmam ter procurado o serviço há mais de um ano, 7,20% no último ano e 6,40% estão em acompanhamento psicológico (Figura 30).

Figura 30. Distribuição dos graduandos na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018, considerando a procura de atendimento psicológico.



Fonte: V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Instituição Federal de Ensino Superior), em 2018.

A desinformação e o preconceito ainda são empecilhos que se interpõem entre as pessoas e a procura por serviços de saúde em Psicologia. Além destes, cabe salientar que a quantidade de profissionais de Psicologia nas Universidades ainda é incipiente, o que torna o serviço, por vezes, desconhecido na instituição.

Ressalta-se que a PROGESTI oferece Serviço de Psicologia para os estudantes da UFRPE, sendo eles assistidos, ou não, pelos programas de permanência. Este serviço se dá por meio do Acolhimento Psicológico, modalidade na qual o estudante não precisa fazer prévia marcação, ele pode comparecer ao setor e ser atendido pelo psicólogo de plantão, como também são ofertados horários para o acompanhamento psicológico.

Aliado a este serviço existe o Departamento de Qualidade de Vida (DQV), ligado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), o qual também oferece serviços de saúde, dentre eles, o atendimento psicológico e ações para a promoção de saúde mental no campus universitário.

Dessa forma, a Universidade se compromete com o corpo discente de promover ações que visem à promoção da saúde e do bem-estar biopsicossocial, a partir do provimento de programas e serviços que auxiliem na permanência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados do presente estudo é possível olhar de modo otimista para a realidade institucional da UFRPE, pois o perfil estudantil tem sido composto, majoritariamente, por discentes oriundos dos extratos mais empobrecidos social, econômico e cultural da sociedade, o que expressa o processo de democratização do acesso à educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade, ancorada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

A universidade se veste de povo, são mães, pais, filhos, que historicamente são vítimas de exclusão preconceito e discriminação racial sexual e econômica e de gênero. Expressam a conquista de um povo que busca, via educação superior, a construção de um futuro digno, honesto e com qualidade de vida, rompendo assim a exclusão social vivenciada.

Esta realidade revalida a importância da política de assistência estudantil e da sua permanência, como política de governo, para ampliar o ensino superior, em especial para as camadas mais socialmente desprestigiadas.

Destarte, o cenário macroeconômico brasileiro impõe desafios ao fortalecimento da referida política, diante dos constantes retrocessos e ofensiva, e a educação superior se expressa nos contingenciamentos de recursos que corroboram a flexibilização, a precarização e o desmonte da educação superior laica, gratuita e de qualidade. Urge a defesa dessa política de garantia de direitos por meio da organização dos movimentos estudantis, de profissionais da área, da academia e de toda a sociedade, para garantir a existência de uma universidade plural, que espelha a diversidade socioeconômica da realidade brasileira, assegurando a permanência dos extratos mais empobrecidos, formando cidadãos e profissionais criativos, investigativos e competentes.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.** http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil de 2018.** Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CADERNOS DO GEA. n.1 (jan./jun. 2012). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

CARTA CAPITAL. **Entenda como funcionam as cotas raciais.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-explica/entenda-como-funcionam-as-cotas-raciais>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL DE FATO. **10% dos brasileiros são LGBTI, mas estão sub-representados na política.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. **Direito ao nome da população transexual no Brasil.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/20/direito-ao-nome-da-populacao-transexual-no-brasil/>. Acesso em: 15 out. 2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Reajuste da tarifa do metrô é adiado e terá início em 5 de maio.** Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/04/passagem->

metro-tem-aumento-de-150-e-chegara-a-r-4-em-2020.html. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. **Passagem de ônibus mais cara a partir de amanhã.** Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/03/passagem-de-onibus-mais-cara-a-partir-de-amanha.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos Salário mínimo nominal e necessário.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 16 ago. 2019.

DIEESE. **Variação da cesta tem comportamento distinto entre as capitais.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201910cestabasica.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

IBGE. **PNAD Contínua:** taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrado em julho de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE. **Pessoas com deficiência:** adaptando espaços e atitudes. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>. Acesso em: 15 dez. 2019.

IBGE. **Pnad continua.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 ago. 2019.

IBGE. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2018.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2018>. Acesso em: 16 dez. 2019.

IBGE Educa. **QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 22 nov. 2019.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 22. MAR. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 set. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O longo combate às desigualdades raciais. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em: 26 out. 2019.

IPEA. **RETRATO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA**. 2011, 4 EDIÇÃO. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 20 out. 2019.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES-2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

MATTA, Cristiane Maria Barra da; LEBRÃO, Susana Marraccini Giampietri; HELENO, Maria Geralda Viana. Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura in: **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, Maringá, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300583. Acesso em: 27 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA- SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Criança Feliz**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/a-primeira-infancia>. Acesso em: 21 nov. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS 2004**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 22, AGO. 2020

NOGUEIRA, Maria José Carvalho. **Saúde mental em estudantes do ensino superior: fatores protetores e fatores de vulnerabilidade**. 2017. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28877/1/ulsd730773_td_Maria_Nogueira.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Desigualdades raciais no Brasil comprometem oportunidades de trabalho e desenvolvimento humano**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/desigualdades-raciais-no-brasil-comprometem-oportunidades-de-trabalho-e-desenvolvimento-humano/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ONU. **Casa da ONU recebe pessoas indígenas, negras e LGBTI+ para debater avanços desde Conferência Internacional.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/casa-da-onu-recebe-pessoas-indigenas-negras-e-lgbti-para-debater-avancos-desde-conferencia-internacional/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos et al. A relação entre vida acadêmica e a motivação para aprender em universitários. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n2/v15n2a10>. Acesso em: 27 jan. 2020.

SANTOS, Jailson Batista dos; ARAÚJO, Edineide Jezine Mesquisata. Estudantes LGBT no âmbito universitário: da permanência à resistência. **V Conedu** (Congresso Nacional de Educação). Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV11_7_MD1_SA7_ID1771_28042018204235.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Pereira et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12 n.1, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2823/282321824013.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

UFRPE. **UFRPE e Prefeitura do Recife inauguram centro de educação infantil nesta sexta (24/05).** Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-e-prefeitura-do-recife-inauguram-centro-de-educacao%3%A7%3%A3o-infantil-nesta-sexta-2405>. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL UFRPE 2013-2020.** Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/pdi-ufrpe-2013-2020-revisado-est%3%A1-dispon%3%ADvel-para-consulta-p%3%BAblica-participe>. Acesso em: 02 ago. 2019.

UNE. União Nacional dos Estudantes. **O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A LEI DE COTAS.** Disponível em: <https://une.org.br/2012/09/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Juventude e ensino superior no Brasil. In: DWYER, Tom et al. (Orgs.) **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira.** 1ª ed. Brasília, IPEA, 2016, v. 1, pp. 125-138. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

